

Após reajuste, Petrobras vira alvo do governo e do Congresso

MANOEL VENTURA, BRUNO ROSA, NATÁLIA PORTINARI, JISSARA SOARES, ELIANE OLIVEIRA E THIAGO BRONZATTO

GASOLINA SOBE 5%, E DIESEL, 14%

GUERRA DECLARADA Petrobras faz reajuste e vira alvo de Planalto e Congresso

A Petrobras ignorou os apelos do presidente Jair Bolsonaro, de ministros e de líderes do Congresso e anunciou ontem um novo reajuste nos preços dos combustíveis. A partir de hoje, a gasolina vai subir 5,18% nas refinarias, de R\$ 3,86 para R\$ 4,06 por litro, e o diesel, 14,25%, de R\$ 4,91 para R\$ 5,61. Não houve alta para o gás de cozinha. O reajuste expressivo a menos de quatro meses da eleição, com o impacto nos combustíveis em na inflação e no cotidiano dos brasileiros, irritou Bolsonaro e seus aliados. A reação dos políticos em Brasília foi imediata, envolveu os Três Poderes e teve como alvos principais a atual diretoria e o Conselho de Administração da Petrobras.

BRASÍLIA CONTRA-ATAÇA

A decisão da Petrobras de ignorar apelos de Bolsonaro e reajustar os preços de diesel e gasolina desencadeou reações nos Três Poderes com a estatal no alvo



Jair Bolsonaro. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

No Executivo

Atacou o presidente, os diretores e os conselheiros da Petrobras, afirmando que a estatal pode "mergulhar o Brasil num caos" e classificou o novo reajuste como "uma traição para com o povo brasileiro"

Ciro Noqueira. MINISTRO DA CASA CIVIL

Tentou fazer o Conselho de Administração da Petrobras seguir preços. Sem sucesso, acusou a diretoria da estatal de "ignorar sua função social e abandonar os brasileiros".

"Basta!", escreveu em uma rede social, pedindo que o Congresso acabe "de vez com esse abuso"

Luiz Eduardo Ramos. MINISTRO DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Afirmou que a Petrobras tem "lucros exorbitantes" e cobrou sensibilidade da empresa para atender os pedidos de Bolsonaro

Fábio Faria. MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

Disse que a Petrobras lucra muito mais que outras petrolíferas no mundo e prejudica "a população e a economia brasileira"

No Legislativo

Arthur Lira. (PP-AL) PRESIDENTE DA CÂMARA

Pressionou na quinta-feira o presidente da Petrobras, José Mauro Coelho, a adiar o reajuste. Após o anúncio, cobrou a renúncia do executivo e propôs aumento da taxa sobre lucro da empresa e transparência na política de preços

Rodrigo Pacheco. (PSD-MG) PRESIDENTE DO SENADO

Defendeu que o governo aceite "dividir os enormes lucros" da Petrobras para financiar um auxílio para famílias de baixa renda e cobrar apoio da Câmara

André Mendonça. MINISTRO DO STF

Indicado para o Supremo por Bolsonaro, ele determinou que a Petrobras explique, em cinco dias, os critérios adotados para reajustar combustíveis e obrigou estados a uniformizarem a alíquota ICMS

Editoria de Arte

LIRA PEDIR RENÚNCIA

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), fez, como com Bolsonaro e pediu que Coelho renuncie, após admitir que ligou para o executivo antes do reajuste na tentativa de convencê-lo a adiar-lo, como revelou o colunista do GLOBO Lauro Jardim. E prometeu propor a revisão da política de preços da estatal, enquanto o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), falou em "dividir lucros". Juntos, são a ofensiva o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, que deu cinco dias para a estatal explicar o reajuste e determinou que os estados reduzam o ICMS sobre combustíveis.

O último reajuste da gasolina havia sido em 11 de março. O diesel estava sem aumento desde 10 de maio. Em nota, a Petrobras afirmou ter compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo em que evita o repasse imediato da volatilidade das cotações internacionais do petróleo e da taxa de câmbio. "É esse equilíbrio com o mercado global que naturalmente resulta na continuidade do suprimento do mercado brasileiro,

sem riscos de desabastecimento, pelos diversos atores: importadores, distribuidores e outros produtores, além da própria Petrobras", afirma o texto, que faz referência a um aviso constante da empresa. Coelho repetiu ao governos nos últimos dias que a Petrobras pedira a importação e provocar desabastecimento de diesel se praticar preços abaixo do mercado internacional. Atualmente, o país importa entre 20% e 30% do combustível que consome.

Ainda antes do anúncio, Bolsonaro foi às redes sociais que a Petrobras, que é controlada pelo governo, poderia "mergulhar o Brasil num caos". Foi seguido em coro por ministros, que criticaram os altos lucros da empresa. Com o reajuste sacramentado, Bolsonaro falou em CPI para investigar o presidente da Petrobras, seus diretores e os conselhos de administração e fiscal da estatal.

— Nós queremos saber se tem algo errado nessa conduta deles, porque é inconcebível

se conceber um Brasil com combustível lá em cima e com os lucros exorbitantes que a Petrobras está dando — disse Bolsonaro, em entrevista à Rádio 96 FM de Natal, aumentando a pressão que o governo exerce para que Coelho renuncie. — O presidente da Petrobras, os diretores e seu conselho traíram o povo brasileiro. O lucro da Petrobras é uma coisa que ninguém consegue entender. Algo estúpido — disse, lembrando o ganho de R\$ 106,6 bilhões da empresa em

"O presidente da Petrobras os diretores e seu conselho traíram o povo brasileiro. O lucro da Petrobras é uma coisa que ninguém consegue entender. Algo estúpido"

Jair Bolsonaro, presidente da República

2021, mas sem mencionar que a maior parte dos divididos vai para a União. A cúpula da Câmara, porém, ainda não tem opinião formada sobre a possibilidade de uma CPI. Com a deixa dada por Bolsonaro, a oposição correu para colher assinaturas e instalar a CPI antes dos governistas para garantir os principais postos, de presidente ou relator, informou a colunista do GLOBO Malu Gaspar.

PACHECO: DIVISÃO DE LUCROS Lira anunciou ainda que vai propor o aumento da taxa sobre o lucro da empresa e reverter, por meio de projeto de lei, a política de preços da estatal. — Vamos dobrar essa taxa e tentar reverter isso diretamente para a população, para que (o dinheiro) não entre no caixa do governo, para que não vá para o Tesouro e para que não esteja sujeito ao teto de gastos — disse Lira, em entrevista à GloboNews, acrescentando ver um monopólio contra o consumidor na área

de combustíveis, que só deve começar a ser desfeito com a saída de Coelho. — A Petrobras não tem, absolutamente, nenhuma sensibilidade, e sua diretoria, seu conselho deliberativo e seu presidente agem com retaliação. Há menos de um mês, esse presidente estava pedindo para ser apadrinhado em Brasília, para permanecer no cargo. Liguei para ele ontem e fiz um apelo para que não fizesse isso (reajustar os combustíveis).

O presidente do Senado disse que o governo deveria aceitar "dividir os enormes lucros" da estatal. Pacheco é favorável ao uso dos recursos para criar a Conta de Estabilização de Preços, proposta já aprovada pelo Senado que permitiria ao governo mitigar os efeitos da alta nos combustíveis pagando um auxílio para famílias de baixa renda comprarem gás, por exemplo. E cobrou apoio da Câmara. Ele afirmou que é "inesistente a dicotomia entre Petrobras e governo", já que a União é a acionista controladora

dora, e a diretoria é indicada pelo governo.

Do outro lado da Praça dos Três Poderes, o ministro André Mendonça, indicado ao STF por Bolsonaro, determinou que a Petrobras explique, num prazo de cinco dias, quais são os critérios adotados para reajustar os preços dos combustíveis. Ele também quer informações sobre a política de preços da estatal e cobrou detalhes sobre o "cumprimento da função social da empresa". O argumento da função social da Petrobras tem sido usado por Bolsonaro e aliados políticos contra os reajustes.

Mendonça determinou que a Petrobras preste "minuciosas informações" a respeito dos critérios adotados para os reajustes nos últimos cinco anos. O ministro também cobrou explicações da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que regula a concorrência no país.

Embora a Petrobras seja controlada pelo governo, Bolsonaro disse ontem que seu novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, não faz as mudanças na estatal porque está sendo "boicotado". Ele foi escolhido para substituir Bento Albuquerque, que escolheu Coelho para a estatal e caiu logo após o último reajuste do diesel.

Ex-assessor do ministro da Economia, Paulo Guedes, Sachsida escolheu Caio Paes de Andrade. Com a posse do substituto, o governo planeja renovar praticamente todo o conselho e a diretoria da Petrobras. Apesar da pressão do governo e do Congresso, Coelho já indicou que não vai renunciar para acelerar os planos do governo para a estatal. Guedes e Sachsida não comentaram a decisão da Petrobras. O presidente da estatal também não se manifestou.

TENTATIVA DE BLINDAGEM

Com a investida sobre a empresa, o Conselho de Administração tenta agora blindar a Petrobras para evitar mudanças na diretoria. Já circula entre o alto escalão da estatal o interesse de partidos políticos de pressionar a diretoria de Abastecimento, responsável pelos preços dos combustíveis. As comparações com o passado são inevitáveis, lembrou uma fonte, quando partidos políticos disputavam diretorias na estatal.

O reajuste não foi suficiente, porém, para acalmar os ânimos do mercado, diante da incerteza causada pelo ruído político. Os papéis ordinários caíram 7,25%, e os preferenciais recuaram 6,09%. As ações da estatal chegaram a cair 10% durante as negociações. O Ibovespa, principal índice da B3, encerrou o pregão abaixo dos 100 mil pontos, o que não ocorria desde novembro de 2020; teve queda de 2,9%, aos 99.825 pontos.

Mendonça determina redução de ICMS sobre combustível nos estados

No mesmo dia em que a Petrobras anunciou novo reajuste de gasolina e diesel, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça atendeu um pedido do governo que, na prática, obriga os estados a reduzirem o ICMS cobrado sobre os combustíveis. Em decisão liminar publicada ontem, ele determinou que as alíquotas do ICMS

cobradas sobre gasolina, etanol, diesel, biodiesel e gás de cozinha se uniformem em todo o país a partir de 1º de julho.

O ministro determinou que o Conselho (que reúne secretários de Fazenda dos estados) edite novas regras sobre o tema, com base em sua decisão. Enquanto isso não ocorrer, os estados deverão adotar alíquotas baseadas na cobrança média,

em reais, dos últimos cinco anos para todos os combustíveis. Na prática, isso obriga a redução do ICMS, já que, nos últimos cinco anos, os preços eram inferiores aos atuais. No caso do diesel, o governo calcula uma redução de R\$ 0,27.

O ministro também determinou a cobrança de um valor fixo sobre o litro a título de imposto, em vez de um percentual sobre o preço. Essa norma está prevista em uma lei aprovada no início do ano pelo Congresso. A definição das alíquotas deve considerar um intervalo mínimo de 12 meses entre a primeira fixação e o primeiro reajuste, e de seis meses para os reajustes subsequentes, definiu Mendonça.

A ação que levou o ministro à decisão de ontem foi proposta pelo governo inicialmente para tratar apenas do óleo diesel. Depois, o governo entrou com um pedido para estendê-la aos demais produtos. A decisão liminar de ontem pode ser revista pelo plenário do STF.

'DESCONTO' QUESTIONADO

Em março, os secretários estaduais de Fazenda definiram, por unanimidade, que o

ICMS sobre o diesel S-10 passaria a ser de R\$ 1,0060 a partir de 1º de julho. O valor se refere à maior alíquota em vigor no país, praticada no Acre.

A aplicação do imposto, porém, vinha com um "desconto", ou que, na prática, mantinha a atual carga tributária em cada estado. O governo foi ao STF por entender que os estados descumpriram a lei de uniformização aprovada no Congresso. Mendonça tentou mediar um acordo, mas o governo recusou. (Manoel Ventura)

Postos estão prontos para reajustar bombas hoje

Segundo agentes do setor, aumento deve representar ao menos R\$ 0,63 a mais por litro de gasolina e R\$ 0,15 no de diesel

BRUNO ROSA, POLLYANNA BRÊTAS E MANOEL VENTURA
economiainfo@isa.com.br
RIO DE JANEIRO

Os reajustes anunciados pela Petrobras ontem terão impacto direto no bolso do consumidor já neste sábado, dizem representantes dos postos de combustíveis, sob condição de anonimato, que já preparam a atualização das bombas. No caso do diesel, o aumento nas refinarias da Petrobras deve representar ao menos R\$ 0,63 a mais por litro para o consumidor. Na gasolina, o motorista vai sentir pelo menos R\$ 0,15 a mais no preço do litro.

Esse aumento corresponde apenas à parte da margem de lucro da estatal e não está incluída ainda a da revenda. Por isso, o peso na bomba deverá ser ainda maior, afirmam pessoas que atuam no varejo de combustíveis.

Segundo pesquisa da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o litro da gasolina nos postos chega a ser encontrado por R\$ 8,49 no Brasil.

Na última semana, o preço médio ficou em R\$ 7,247 no país, uma alta em relação à semana anterior, quando ficou em R\$ 7,218. O diesel ficou estável, em R\$ 6,88, nas duas últimas semanas.

O preço dos combustíveis se tornou uma das maiores dores de cabeça do governo Bolsonaro, e levou a inflação para a casa de dois dígitos. Os articuladores da campanha à reeleição creditam ao valor dos produtos a impopularidade do presidente. Há meses, o governo tenta uma solução para a crise, mas até agora as medidas surtiram pouco efeito. Por isso a irritação muito forte em Brasília com as decisões da atual diretoria da Petrobras, que é demissionária.

Com a mudança recente no Ministério de Minas e Energia, Bolsonaro demitiu também o presidente da estatal, José Mauro Coelho, mas ele ainda está no cargo. Para o seu lugar, foi indicado Caio Paes de Andrade, também assessor de Paulo Guedes, que aguarda os trâmites da estatal.



Preço alto. Caminhão abastecido ontem em um posto da Avenida Brasil, no Rio: impacto do reajuste na inflação preocupa Bolsonaro, com eleições próximas

Numa tentativa de acalmar os ânimos, o conselheiro da estatal Francisco Petros — indicado pelos acionistas minoritários — enviou carta ao governo pedindo para que seja formado um grupo de trabalho para discutir o preço dos combustíveis, enquanto esse valor ficaria congelado por 45 dias.

Com a proximidade das eleições, a criação de um subsídio ao menos para o óleo diesel já é dada como certa pelo governo. A questão agora gira em torno de como viabilizar esse mecanismo. Enquanto a ala política e aliados do Congresso cobram uma solução urgente para que a população sinta os efeitos das medidas o quanto antes, a equipe econômica ainda tenta uma saída menos custosa.

Nos últimos meses, houve uma série de iniciativas para tentar baixar o preço. Até agora, o efeito foi praticamente nulo.

INFLUÊNCIA NO IPCA

No IPCA, o índice oficial da inflação, o aumento de 5,18% na gasolina e de 14,25% no diesel anunciado pela estatal deve ter o peso diluído entre os meses de junho e julho. Segundo um representante do setor, "os aumentos já estavam sendo esperados e por isso grande parte do setor como um todo já está com tudo pronto para virar os preços".

Uma fonte ligada aos postos de combustíveis disse que os aumentos serão praticamente automáticos ao consumidor porque há muita pressão nos custos, com

as margens já pressionadas. Procurada, a Fecombustível ainda não se posicionou.

Segundo a Petrobras, a parcela da estatal no preço ao consumidor da gasolina passará de R\$ 2,81, em média, para R\$ 2,96 a cada litro vendido na bomba. Um aumento de R\$ 0,15 por litro. No caso do diesel, a fatia da estatal passou de R\$ 4,42 para R\$ 5,05 a cada litro vendido na bomba.

O economista André Braz, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), avalia que o impacto nos preços será distribuído entre junho e julho.

— A inflação para este ano pode subir, mas há uma medida que pode mitigar esse aumento que é a redução do ICMS. Então vamos ver nos próximos meses como vai ficar essa questão da redução do imposto para avaliar o

impacto deste movimento na inflação de 2022.

Segundo Braz, a estimativa atual está em 9,2% já considerando efeitos diretos e indiretos deste reajuste:

— Isso porque os efeitos indiretos correspondem aos aumentos que o frete pode apresentar, e o contágio que isso pode levar a toda a cadeia produtiva.

Porém, Braz ressalta que a variação pode ser menor que 9%:

— Se vier a redução do ICMS, pode ser que a inflação fique abaixo de 9% no final de 2022, descontando parte deste reajuste aqui, que foi determinado pelo aumento do preço do barril de petróleo no mercado internacional, que já coloca o preço do barril superior a US\$ 120.

Subsídio tem efeito limitado em outros países

Na Europa e nos EUA, governos têm adotado medidas para tentar reduzir os preços dos combustíveis, sem muito sucesso. Especialista lembra que essas nações têm uma situação fiscal mais sólida que a do Brasil

ELIANE OLIVEIRA
eliane@isa.com.br
BRASÍLIA

A estratégia usada pelo governo Jair Bolsonaro de tentar baixar os preços por meio da redução de impostos vem sendo adotada em todo o mundo, principalmente por países desenvolvidos. No entanto, diante da falta de perspectiva de que a guerra entre Ucrânia e Rússia dure menos do que se previa, nem sempre esse caminho é o mais viável ou surte efeitos para a população.

Nações europeias como Itália, Espanha, Reino Unido, Irlanda e França implementaram, ainda no início deste ano, medidas para baixar os preços, algumas com redução de impostos e outras diretamente nos valores dos produtos, por meio de subsídios. Já os Estados Unidos aumentaram a produção de petróleo e criaram um programa de venda de barris excelentes para tentar frear a alta dos preços. Alguns estados americanos também concederam subsídios.

— Não houve queda expressiva no preço da gasolina nos países onde foram concedidas as reduções de impostos ou subsídios — afirma Jessica Batista, especialista em direito tributário pela Universidade

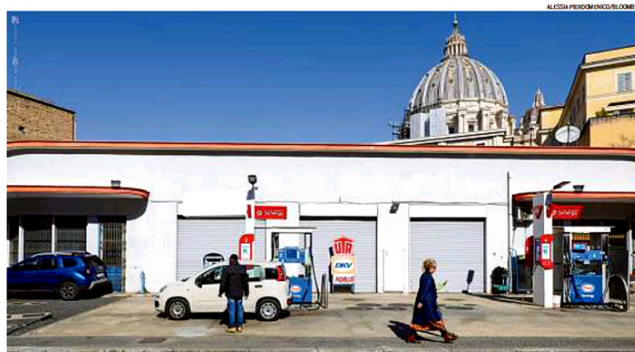
Mackenzie, após concluir um levantamento com seis países que adotaram políticas para diminuir os preços dos combustíveis.

Segundo ela, devido à tendência de alta no preço do petróleo, as reduções na Itália e na Espanha não surtiram efeito. Nos Estados Unidos, mesmo com os subsídios concedidos, os preços se mantiveram elevados.

No Brasil, a União conseguiu aprovar no Congresso o projeto que reduz a alíquota máxima do ICMS cobrada pelos estados sobre tarifas de energia, telecomunicações e combustíveis para 17%. Já os impostos federais que incidem sobre a gasolina (PIS/Cofins e Cide) serão zerados, conforme anunciou há cerca de dez dias o presidente Jair Bolsonaro — no caso do diesel, esses tributos já foram zerados.

TRANSFERÊNCIAS AOS POBRES
O ministro da Economia, Paulo Guedes, tem defendido esse caminho usando os exemplos de outros países.

— Todas as economias do mundo estão fazendo isso. Onze dos 14 mais importantes países europeus estão estudando formas de baixar impostos. Os estados americanos estão baixando impostos — disse Guedes, durante uma entrevista coletiva



Custo elevado. Posto de gasolina em Roma, com a guerra na Ucrânia, os preços dos combustíveis dispararam, e os países buscam saídas para a população

Carlos Eduardo Navarro, professor da pós-graduação em Direito Tributário da Escola de Direito de São Paulo, afirma que a redução de tributos, seguramente, diminuirá os custos dos agentes da cadeia de combustíveis. Ele ressalta, no entanto, que não há garantia de repasse ao preço pago pelo consumidor.

— É, mesmo que haja repasse, ele pode ser integral ou parcial. A relação entre tributo e preço final não é tão simples assim. Fábio Nieves Barreira, ex-

juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT), diz que o tributo é um custo que compõe o preço do produto e a diminuição da carga tributária é um dos instrumentos possíveis para diminuir o valor dos combustíveis. Porém, nem sempre esse caminho é o que resulta em melhores frutos.

— No caso brasileiro, é inconstitucional a lei ou emenda à Constituição que interveja na tributação dos estados e do Distrito Federal do ICMS, como propõe o governo federal, porque isso afronta

o Pacto Federativo. Além disso, o contribuinte precisa de segurança jurídica tributária, isto é, faz-se necessário que se dê ao contribuinte previsibilidade sobre o pagamento dos tributos — diz Barreira.

Ele ressalta que a opção de países como Itália, Holanda, Espanha, Suécia, entre outros, por conceder subsídios e outras formas de ajuda ao setor deve-se ao fato de que "a redução de carga tributária é medida insuficiente para aplacar a pressão dos preços dos derivados do petróleo à inflação".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 13 a 15